
***Reag Distribuidora
de Títulos e Valores
Mobiliários S.A.***

***Demonstrações contábeis em
30 de junho de 2020
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Reag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Reag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Reag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Reag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Reag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, das constatações relevantes de auditoria e, quando eventualmente identificadas durante nossos trabalhos, as deficiências significativas nos controles internos.

São Paulo, 14 de agosto de 2020.

A handwritten signature in black ink that reads "PricewaterhouseCoopers".

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in black ink that reads "Marcelo Luis Teixeira Santos".

Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PR050377/O-6



REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A
(CNPJ: 34.829.992/0001-86)

Demonstração financeira do semestre findo em
30 de junho de 2020

REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**(CNPJ: 34.829.992/0001-86)****Balço patrimonial****Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019****(Valores expressos em milhares de reais)**

	<u>Notas</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>		<u>Notas</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
	<u>Explicativas</u>				<u>Explicativas</u>		
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Disponibilidade	4	97	-	Obrigações Tributárias	8	111	-
Títulos e valores mobiliários	5	177	819	Credores Diversos	9	245	23
Outros créditos	6	554	-				
Despesas antecipadas		3	-	TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		356	23
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		831	819				
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10		
Imobilizado	7	394	-	Cotas no País		800	800
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		394	-	Reserva de lucro		69	-
				Prejuízos Acumulados		-	(4)
TOTAL DO ATIVO		1.225	819	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		869	796
				TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.225	819

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
(CNPJ: 34.829.992/0001-86)
Demonstração do resultado
Semestre findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	
	Explicativas	2020
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		
Rendas com Títulos e Valores Mobiliários	11	11
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		11
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Receitas de prestação de serviços	12	1.670
Despesa de pessoal	13	(11)
Despesas administrativas	13	(1.434)
Outras despesas operacionais	13	(114)
RESULTADO OPERACIONAL		122
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		122
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(49)
LUCRO LÍQUIDO		73

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
(CNPJ: 34.829.992/0001-86)
Demonstração do resultado abrangente
Semestre findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2020</u>
LUCRO LÍQUIDO	73
Outros componentes do resultado abrangente suscetíveis a reclassificação	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u><u>73</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

(CNPJ: 34.829.992/0001-86)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
		Reserva lucros	Reserva de retenção de lucros		
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2019	-	-	-	-	-
Integralização de capital	800	-	-	-	800
Prejuízo do período	-	-	-	(4)	(4)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	800	-	-	(4)	796
Lucro líquido do semestre	-	-	-	73	73
Reserva de lucros	-	4	65	(69)	-
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2020	800	4	65	-	869

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
(CNPJ: 34.829.992/0001-86)
Demonstração do fluxo de caixa
Semestre findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	2020
Lucro líquido do semestre	73
Itens que não afetam o caixa:	
Depreciação	33
	<u>106</u>
Varição nas contas de ativos e passivos:	
Títulos e valores mobiliários	642
Outros créditos	(554)
Despesas antecipadas	(3)
Obrigações Tributárias	111
Credores Diversos	222
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>524</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Aquisição de imobilizado	(427)
CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	<u>(427)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	<u>-</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>97</u>
Demonstração do saldo de caixa e equivalentes de caixa	
No início do período	-
No final do período	97
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>97</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
(CNPJ: 34.829.992/0001-86)
Demonstração do valor adicionado
Semestre findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	2020
RECEITAS	1.681
Prestação de serviço	1.670
Intermediação financeira	11
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(810)
Despesas Administrativas	(810)
VALOR ADICIONADO BRUTO	871
RETENÇÕES	(33)
Depreciação	(33)
VALOR ADICIONAL TOTAL A DISTRIBUIR	838
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	838
PESSOAL	12
Benefícios e treinamentos	9
Outros encargos	3
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	165
Municipais	35
Federais	130
REMUNERAÇÃO DO CAPITAL DE TERCEIROS	588
Aluguéis e condomínios	588
REMUNERAÇÃO DE CAPITAL PRÓPRIO	73
Lucro líquido do semestre	73

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações regida pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores (“Lei das S.A.”). A Companhia foi constituída em 05 de junho de 2019 e seu registro perante a JUCESP ocorreu em 11 de setembro de 2019.

A Companhia tem sua sede na cidade e Estado de São Paulo, e tem por objeto social:

- (i) Subscrever isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda;
- (ii) Intermediar a oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado;
- (iii) Comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários nas suas respectivas áreas de competência;
- (iv) Encarregar-se da administração de carteiras e de custódia de títulos e valores mobiliários;
- (v) Incumbir-se da subscrição, da transferência e da autenticação de endossos, de desdobramento de cautelas, de recebimento e de pagamento de resgates, juros e outros proventos de títulos e valores mobiliários;
- (vi) Exercer funções de agentes fiduciário;
- (vii) Instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimentos;
- (viii) Constituir sociedade de investimento – capital estrangeiro e administrar a respectiva carteira de títulos e valores mobiliários;
- (ix) Realizar operação no mercado de câmbio, conforme legislação em vigor;
- (x) Realizar operações de conta margem, conforme regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil;
- (xi) Realizar operações compromissadas;
- (xii) Praticar operações de compra e venda de metais preciosos no mercado físico, por conta própria e de terceiros, nos termos da regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil;
- (xiii) Operar em bolsas de mercadorias e de futuros, por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixa pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários e suas respectivas áreas de competências;
- (xiv) Prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais; e
- (xv) Exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

Em 9 de janeiro de 2020, conforme Diário Oficial da União, a Companhia. recebeu autorização junto ao Banco Central do Brasil para operação como instituição financeira.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis semestrais foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: provisão para

créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela REAG DTVM, quando aplicável: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, Res. 3.566/08 - redução do valor recuperável de ativos (CPC 01), Res. 3.604/08 - demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 (R2)), Res. 3.750/09 - divulgação sobre partes relacionadas (CPC 05 (R1)), Res. 3.823/09 - provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25), Res. 3.973/11 - eventos subsequentes (CPC 24), Res. 3.989/11 - pagamento baseados em ações (CPC 10 (R1)), Res. 4.007/11 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (CPC 23), Res. 4.144/12 - estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro (Pronunciamento conceitual básico), exceto nas matérias não conflitantes com os dispositivos do BACEN Res. 4.424/15 - registro contábil e evidenciação de benefícios a empregados (CPC 33 (R1)), Res. 4.524/16 - efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (CPC 02 (R2)), Res. 4.534/16 - Ativo Intangível (CPC 04 (R1)), Res. 4.535/16 - Ativo Imobilizado (CPC 27) Res. 4.748/19 Mensuração do Valor Justo (CPC 46), e Res. 3.050/19 Resultado por Ação (CPC 41)

A REAG DTVM aplicou o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que não é conflitante com as normas do Bacen.

2.2. Informações para Efeito de Comparabilidade

Conforme nota explicativa nº 1, a Companhia foi constituída em 05 de junho de 2019 e obteve seu registro junto a JUCESP em 11 de setembro de 2019. Desta forma não há efeito de comparabilidade para o 1º semestre de 2020, tendo em vista que seu primeiro registro contábil foi realizado em 11 de setembro de 2019.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A Companhia não realiza operações em moeda estrangeira e atua em um único ambiente econômico, usando o Real como "moeda funcional". Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis.

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente durante todo o período apresentado nestas demonstrações contábeis.

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes.

- a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM
- b) Instrumentos financeiros;
- c) Avaliação do valor recuperável de ativos;
- d) Apuração do resultado
- e) Disponibilidades
- f) Tributos
- g) Imobilizado

h) Provisões

a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Os títulos e valores mobiliários (nota explicativas nº 5) adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração da REAG DTVM, na categoria abaixo:

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, a divulgação de preço indicativo pela Anbima, ou a relação entre o PU e o valor de negócio mais recente nos últimos 30 dias, ou ainda o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de risco de crédito, valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas e instrumentos financeiros semelhantes.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independentemente de como estão classificados, são apropriados pro rata die, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento, que não tenham caráter de perdas temporárias, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

b) Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração de Ativos e Passivos financeiros

Conforme o IFRS 9 / NBC TG 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado em: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (“VJORA”) – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; e valor justo por meio de resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros é substancialmente estabelecida conforme o modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. As novas políticas contábeis significativas estão descritas a seguir:

Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por

redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros da Companhia são substancialmente representados por títulos públicos federais (nota explicativa nº 4), classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. A adoção do IFRS 9 / NBC TG 48 não resultou em modificações nas demonstrações contábeis.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os passivos financeiros da Companhia estão substancialmente representados por fornecedores, os quais estão classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Em relação aos passivos financeiros, adoção do IFRS 9 / CPC 48 não resultou em modificações nas demonstrações contábeis.

c) Avaliação do valor recuperável de ativos (“*Impairment*”)

A Companhia avalia na data de cada balanço, ou quando necessário, se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo (um “evento de perda”), e que aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Em 30 de junho de 2020 a Companhia não identificou eventos que indicassem a redução de valor recuperável sobre seus ativos financeiros.

d) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

e) Disponibilidades

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em operações compromissadas – posição bancada, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias (Nota 4).

f) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas
Imposto de Renda - IR (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	20%
PIS	0,65%
COFINS	4%
ISSQN	Até 5%

g) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

h) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3. Gestão de riscos

A Administração da Companhia adota política conservadora no seu processo de gerenciamento de riscos. As aplicações financeiras são mantidas com o objetivo de minimizar o risco de crédito dos ativos da Companhia, bem como proporcionar o alinhamento às políticas de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia.

a) Processo de Gestão de Riscos

A Companhia possui processo para gestão dos riscos em que está sujeita por força do segmento de negócio em que atua, sendo acompanhados os seguintes riscos:

- i) Risco Operacional;
- ii) Risco de Estratégia;
- iii) Risco de Reputação;
- iv) Segurança da Informação;
- v) Risco de Liquidez;
- vi) Risco de Mercado;
- vii) Risco de Crédito.

O processo de gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros que compõem a carteira própria é realizado a partir de análise em condições de normalidade e estresse, incluindo acompanhamento de

REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
(CNPJ: 34.829.992/0001-86)
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

descasamento entre ativo e passivo em relação à exposição em diferentes indexadores e avaliação de impacto no lucro da Companhia decorrente de resultado financeiro inferior ao custo de oportunidade.

A exposição aos riscos de mercado e liquidez é gerenciada considerando-se limites, procedimentos e metodologias aprovados no Comitê Superior de Gestão de Riscos e Controles Internos (CSGRCI), composto por diretores da Companhia.

É utilizado, quando aplicável, a metodologia de *Value-at-Risk* (VaR) para o gerenciamento do risco de mercado da carteira própria, mediante a estimação da perda potencial máxima esperada em determinado horizonte temporal com intervalo de confiança estabelecido.

Nível mínimo de ativos líquidos de alta qualidade, com alto grau de conversão em espécie, é mantido para a cobertura da exposição ao risco de liquidez, além de um Plano de Contingência de Liquidez com o objetivo de identificar, controlar e reportar estado de estresse.

Na Companhia o gerenciamento de riscos da carteira própria é realizado de forma segregada das atividades de negócios e de auditoria interna. Riscos de estratégia e de reputação são geridos utilizando-se uma abordagem por indicadores que refletem o nível de risco incorrido pela Companhia em cada uma de suas dimensões, estando alinhado com as políticas internas da Companhia. São definidos limites para tais indicadores de controle, os quais são monitorados de forma a assegurar o gerenciamento proativo da tomada de decisão.

As políticas de gestão de riscos são analisadas pela Diretoria Executiva e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

4. Disponibilidade

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Disponibilidade		
Depósitos Bancários	97	-
	<u>97</u>	<u>-</u>

5. Títulos e valores mobiliários

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Títulos e valores mobiliários		
Letras Financeiras do Tesouro Nacional	-	819
Cotas de fundos de investimentos (*)	177	-
	<u>177</u>	<u>819</u>

(*) As contas de fundos de investimentos em multimercado possuem liquidez imediata e estão apresentadas a seguir:

<u>Nome do fundo</u>	<u>Administrador</u>	<u>Quantidade de cotas</u>	<u>Valor por cota em 30/06/2020</u>	<u>Valor Total</u>
REAG Alpha Fundo de Investimento Multimercado	IDL Trust Serviços Fiduciários Ltda.	171	1,035	177

REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
(CNPJ: 34.829.992/0001-86)
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

6. Outros créditos

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Outros créditos		
Numerários em trânsito -		
Cotas de fundos de investimentos (*)	525	-
Outros créditos	29	-
	<u>554</u>	<u>-</u>

(*) Valores referem-se ao resgate das cotas de fundos de investimentos multimercado (REAG Alpha) para aplicação em outros fundos de investimento multimercado, realizada em 30 de junho de 2020.

7. Imobilizado

Custo do imobilizado	Saldo em 31/12/2019	Adição	Baixa	Saldo em 30/06/2020
Instalações	-	55	-	55
Movéis	-	268	-	268
Equipamentos	-	104	-	104
	<u>-</u>	<u>427</u>	<u>-</u>	<u>427</u>
Depreciação	Saldo em 31/12/2019	Depreciação	Baixa	Saldo em 30/06/2020
Instalações	-	(3)	-	(3)
Movéis	-	(19)	-	(19)
Equipamentos	-	(11)	-	(11)
	<u>-</u>	<u>(33)</u>	<u>-</u>	<u>(33)</u>
Total Líquido	<u>-</u>	<u>394</u>	<u>-</u>	<u>394</u>

8. Obrigações tributárias

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Obrigações tributárias		
Provisão para IRPJ e CSLL	34	-
ISS	29	-
COFINS	42	-
PIS	6	-
	<u>111</u>	<u>-</u>

9. Credores Diversos

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Credores Diversos		
Obrigações por aquisição de bens e direito (*)	128	-
Fornecedores	112	-
Outras contas a pagar	5	23
	<u>245</u>	<u>23</u>

(*) Valores referem-se à compra do ativo imobilizado da REAG Securities. A transação foi realizada pelo valor residual e o pagamento ocorrerá até 31 de dezembro de 2020, conforme Instrumento Particular de Venda e Compra de Ativo Imobilizado e seus respectivos aditivos.

10. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o capital social da Companhia é de R\$800, divididos em 800.000 (oitocentas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional.

b) Resultado do semestre

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 a Companhia apurou o lucro de R\$ 73 (Conforme nota explicativa nº 2.2 não há efeito de comparabilidade para o semestre).

c) Reserva legal

A Reserva Legal é constituída a partir do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O valor em 30 de junho de 2020 é de R\$ 4.

11. Receitas da intermediação financeira

	<u>30/06/2020</u>
Receitas da intermediação financeira	
Valorização da Letra Financeira do Tesouro (*)	11
	<u>11</u>

(*) Valor refere-se à valorização da carteira das Letras Financeiras do Tesouro - LFT

12. Outras receitas operacionais

	<u>30/06/2020</u>
Receitas de prestação de serviço	
Receita de administração de carteira de clientes (*)	1.622
Receita de assessoria financeira	48
	<u>1.670</u>

(*) Refere-se ao gerenciamento da carteira de investimentos em operações financeiras diversas.

13. Outras despesas operacionais

	<u>30/06/2020</u>
Despesa com pessoal	
Benefícios e treinamentos	(9)
Outros encargos	(2)
	<u>(11)</u>
Despesa administrativa	
Aluguel e condomínio	(588)
Despesa de água e energia	(66)
Despesa de manutenção	(74)
Despesa com licença de uso	(258)
Despesa desenvolvimento	(40)
Serviços de terceiros (*)	(300)
Depreciação	(33)
Seguro	(16)
Outras despesas	(59)
	<u>(1.434)</u>
Outras despesas operacionais	
Despesas tributárias (**)	(114)
	<u>(114)</u>

(*) Refere-se a serviços de auditoria externa, serviços de contabilidade e serviços jurídicos.

(**) Refere-se a tributos sobre o faturamento de receitas de prestação de serviço.

14. Imposto de renda e contribuição social

	<u>30/06/2020</u>
Lucro real antes da compensação	131
Devido IRPJ - (20%)	20
Adicional - (10%)	3
Total de IRPJ	<u>23</u>
Lucro real antes da compensação	131
Devido CSLL - (20%) (*)	26
Total de CSLL	<u>26</u>
Total de IRPJ e CSLL	<u>49</u>

(*) Conforme Emenda Constitucional 103/2019, que alterou o sistema e previdência social (“reforma da previdência”), publicada no Diário Oficial da União em 13 de novembro de 2019, eleva a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das instituições financeiras ou equiparadas para 20% a partir de 01 de março de 2020.

15. Contingências

A Companhia não é parte envolvida em nenhum processo judicial e/ou administrativo na esfera cível, trabalhista ou tributária, conseqüentemente, não foi registrada provisão para cobrir eventuais riscos.

16. Transações com partes relacionadas

As transações de partes relacionadas e não relacionadas estão demonstradas conforme Nota Explicativa nº 9.

17. Eventos Subsequentes

Efeito do Coronavírus nas demonstrações contábeis

Diante do surgimento da pandemia relacionada ao novo Coronavírus (COVID-19), que provocou impactos na saúde e na economia do Brasil e de tantos países ao redor do mundo, a Companhia informa que vem tomando medidas preventivas e de mitigação dos riscos em conformidade com a OMS (Organização Mundial da Saúde), com a finalidade de minimizar os impactos à saúde e segurança dos empregados, familiares, parceiros, clientes, fornecedores e com a comunidade, bem como a continuidade de todas as operações. Todas as medidas são coordenadas por um Comitê e estão em conformidade com todas as leis vigentes.

REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

(CNPJ: 34.829.992/0001-86)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de junho de 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

Todas ações relacionadas ao COVID-19, dependerá da duração da pandemia. A Companhia avalia e implementa constantemente planos de ação em conjunto com todos os parceiros, funcionários e familiares envolvidos, de acordo com o cenário vigente e com as melhores projeções possíveis. Em relação as principais estimativas e julgamentos contábeis que possam ter impactos materiais significativos nas informações semestrais, a Companhia considerando o estágio atual das suas operações avaliou os possíveis impactos, para as informações semestrais findo em 30 de junho de 2020 até a emissão do relatório dos auditores independentes e não identificou impactos significativos a serem mencionados.

Por fim, a Companhia vem acompanhando a evolução da pandemia e tomando ações necessárias sempre em conformidade com as leis vigentes.
